

Trabalho e desenvolvimento na construção do social

Edemar Rotta*

Resumo – Este artigo visa estabelecer um conjunto de interfaces entre as concepções de desenvolvimento, as idéias de trabalho que as acompanham e as formas ideológicas utilizadas para justificar processos de inclusão/exclusão nos diferentes modelos de desenvolvimento hegemônicos. Usa-se como referência, para estabelecer essa interface, a análise histórico-espacial das diferentes formações sociais que se configuram no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Entende-se que a pesquisa concreta de situações concretas pode auxiliar na compreensão da questão social como objeto de estudo do Serviço Social.

Palavras-chave – Trabalho. Desenvolvimento. Exclusão. Questão social.

Abstract – This article seeks to establish a group of interfaces among the development conceptions, the work ideas that accompany them and the ideological forms used to justify inclusion/exclusion processes in the different models of development hegemônicos. It is used as reference, to establish that interface, the historical-space analysis of the different social formations that are configured in the northwest of the state of Rio Grande do Sul. It is understood that the concrete research of concrete situations can aid in the understanding of the social subject as object of study of the Social Service.

Key-words – Work. Development. Exclusion. Social subject.

1 Considerações iniciais

O entendimento das múltiplas manifestações da questão social constitui-se num desafio que requer dos profissionais do Serviço Social uma visão atenta, capaz de captar as especificidades do local nas interfaces com o regional e o global. Ao centrar a análise no Noroeste¹ do Estado do Rio Grande do Sul se está buscando essas especificidades das diferentes formações sociais² que aí se desenvolvem, sem descuidar de sua relação com o global. Através da retomada do processo histórico, busca-se delinear os principais momentos vividos e como se configuraram as relações entre modelos de desenvolvimento, concepções de trabalho e formas de inclusão/exclusão.

* Mestre em Sociologia pela UFRGS e doutorando em Serviço Social – PUCRS. Professor da Unijui; integrante do Núcleo de Estudos em Política e Economia Social (NEPES – PUC) e do Grupo de Pesquisa CNPq – Associativismo e Cooperativismo. e-mail: erotta@campussr.unijui.tche.br.

¹ Entende-se por Noroeste a Região de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Missões e Alto Jacuí.

² Para Harnecker (1978), a categoria “formações sociais”, possibilita um grau maior de aproximação da teoria materialista, permitindo a análise de sociedade historicamente determinadas.

Num primeiro momento, procura-se analisar a implantação do processo de colonização a partir da idéia de progresso e da ética do trabalho. Na seqüência, pretende-se demonstrar como essas concepções entram em crise e são substituídas pela idéia de desenvolvimento e pela ideologia da modernização, gerando novas formas de inclusão/exclusão. Para finalizar, evidencia-se como o contexto da reestruturação produtiva e da crise ecológica vem provocando novas configurações desafiadoras no sentido de repensar os modelos de desenvolvimento e a superação da exclusão.

Para a escola de regulação francesa,³ uma concepção de desenvolvimento deve ter presente um tripé: um *modelo de organização do trabalho*, um *regime de acumulação* e um *modo de regulação*. O primeiro refere-se aos princípios gerais que governam a organização do trabalho⁴ e sua evolução durante o período de supremacia do modelo, bem como o paradigma tecnológico que o acompanha. O segundo refere-se à lógica e às leis macroeconômicas que descrevem as evoluções conjuntas das condições de produção, do uso social da produção e da maneira como as diferentes formações sociais se inserem no contexto nacional e internacional. O terceiro é a combinação dos mecanismos (públicos e/ou privados) que efetuam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos, dos indivíduos aos princípios coletivos do regime de acumulação, através de formas institucionalizadas, onde se situam as regras do mercado, ou não-institucionalizadas, onde se situam os costumes próprios de muitas comunidades locais (Lipietz, 1991).

O conceito de trabalho é diferente segundo as diferentes culturas e segundo os modos de produção históricos (Gehlen, 1996). Uma visão retrospectiva permite identificar a concepção hegemônica em cada momento da trajetória de construção das diferentes formações sociais e as transformações decorrentes do processo de reestruturação do capitalismo.

Entende-se a ideologia como um conjunto de “representações sobre os seres humanos e suas relações, sobre as coisas, sobre o bem e o mal, o justo e o injusto, os bons e os maus costumes” (Chauí, 2001, p. 417), que é tomado como idéia e não mais como fruto dos mitos e da religião. Portanto, a ideologia é “um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômico” (idem, p. 417) que possibilita produzir uma explicação para os processos e relações sociais. Explicação essa, geralmente, produzida pela classe dominante,

³ Uma escola de economistas que tem em Aglieta, Lipietz e Boyer seus fundadores. Ver Lipietz, 1988 e 1991; Harvey, 1992.

⁴ “O que distingue as diferentes etapas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (Marx, 1968, p. 204).

nos diferentes momentos históricos, para justificar e/ou “naturalizar” uma dada situação de classe, dificultando possíveis reações por parte dos excluídos do processo.

Desmistificar os discursos ideológicos, que buscam justificativas para explicar a exclusão de muitos e a inclusão de alguns, e buscar formas de repensar as relações societárias, na tentativa de superar a exclusão e garantir a todos o acesso aos recursos gerados pela humanidade, parece ser um dos grandes desafios para os profissionais do Serviço Social. Compreender as novas manifestações da questão social e lutar para afirmar a possibilidade de uma sociedade que garanta condições dignas de vida e de realização individual e comunitária para todos torna-se uma condição para o exercício profissional.

2 A modernidade e a idéia de progresso com base no trabalho

Até o início da modernidade, o futuro das diferentes formações sociais era atribuído aos desígnios divinos, ou seja, à vontade dos deuses. O desenvolvimento dependia da vontade dos deuses ou da capacidade de interpretar sua vontade e traduzi-la na condução do rumo das sociedades humanas. Disso decorria uma concepção de trabalho que privilegiava o intelectual e o simbólico na relação com o material. A visão bíblica, marcante na tradição cristã, associava trabalho com castigo, à medida que o mesmo decorria do pecado cometido e da conseqüente expulsão do paraíso e condenação a tirar o sustento do “suor do próprio rosto”. O vocábulo latino usado para designar trabalho, *tripaliare*, é associado a um instrumento de tortura formado por três paus ao qual eram amarrados os condenados e que também servia para manter presos animais difíceis de ferrar. Na Antigüidade Clássica, tanto para os gregos quanto para os romanos, a separação entre trabalho manual e intelectual serviu para desvalorizar o primeiro e relegá-lo à função de escravos, pois era tido como degradante.

O rompimento dessa visão de futuro como adequação ao destino é muito lento e apenas se consolida com o advento da modernidade. A modernidade substituiu a religião e a magia pela ciência. O futuro passou a depender da ação dos seres humanos, uma ação racional, capaz de prever e projetar o rumo dos acontecimentos. A concepção de progresso foi posta como a grande meta a ser buscada pelas diferentes formações sociais. Progresso entendido como o crescimento da economia, via aliança entre ciência, técnica e indústria e a melhoria dos níveis de educação, democracia política e participação social. Os ideais do Iluminismo (liberdade, igualdade e fraternidade) serviram como inspiração. A crença nas capacidades humanas praticamente substituiu a necessidade de Deus (Marton, 1993).

A concepção de desenvolvimento enquanto progresso, alcançado pela determinação humana, pelo esforço e pelas capacidades humanas, traz uma idéia nova de trabalho. A visão “negativa” de trabalho como obstáculo à realização do ser humano, como tortura, como sofrimento, é modificada com a ascensão da burguesia, que lhe atribui um conceito “positivo”, como meio de sucesso e realização pessoal. Com a consolidação da sociedade urbano-industrial, o trabalho assumiu uma centralidade ética e econômica, transformando-se em determinante fundamental na explicação da riqueza e da pobreza, da moralidade e da imoralidade, da inclusão e da exclusão, tanto em nível individual, quanto dos grupos, categorias e classes sociais (Gehlen, 1996).

No caso da formação social do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pode-se constatar o conflito de diferentes concepções de trabalho e desenvolvimento já nos primeiros contatos entre os nativos (de vários grupos étnicos) e os colonizadores portugueses e espanhóis, povos com visões de mundo completamente diferentes (Christensen, 2001) e que entram em confronto, produzindo um processo de exclusão,⁵ que gerou a desagregação das comunidades nativas e sua dispersão pela região. Muitos indígenas acabaram buscando emprego como peões de estância, nas expedições de coleta de erva-mate, ou ainda, passaram a levar uma vida nômade, vivendo dos recursos que a natureza lhes proporcionava. A descaracterização e a miscigenação levaram à perda da identidade e das próprias raízes culturais. Em meados do século XX, foram criadas algumas reservas indígenas para tentar reagrupar estes povos dispersos. Porém, o processo de exclusão já estava configurado e a solução não respondia aos imensos desafios que ela representava. Bem pelo contrário, acabava justificando a “incapacidade” dos nativos para se adequar aos novos tempos. Naturalizava um problema que era muito mais amplo. Ainda hoje é comum, na região, encontrar remanescentes destes povos vivendo nas beiras de estradas ou vagando pelas cidades, tentando vender os produtos do seu trabalho de casa em casa. Essa é uma das manifestações da questão social⁶ e se constitui num desafio ao trabalho dos assistentes sociais.

⁵ Mesmo tendo presente a reflexão feita por Castel (2000), a respeito da imprecisão e do uso equivocado ou generalizado desse termo para designar múltiplas situações, vamos utilizá-lo no sentido dado por Ribeiro (1994), entendendo exclusão no sentido de estar fora, não ter acesso ou ser incorporado de forma marginal que não lhe permita o acesso aos bens necessários para a reprodução da vida em níveis socialmente “aceitáveis”. Em sentido semelhante, destaca Nascimento (1998) que “a exclusão é multidimensional”, pois implica um fenômeno econômico, político, social e cultural, onde ocorre uma ruptura de vínculos, uma ausência de direitos, um “estar fora” com poucas chances de retornar.

⁶ Concordando com a reflexão feita por Netto (2001), a respeito da questão social, mas acrescentando que, na América Latina, conforme Wanderlei (2000), a questão social apresenta contornos diferenciados e pode ser vista uma manifestação “seminal” da mesma no tema indígena.

Mas as divergências mais acentuadas entre a concepção pré-moderna e a moderna de trabalho ocorreram, sem dúvida, entre caboclos⁷ e descendentes de imigrantes europeus não ibéricos.⁸ Estas concepções diferentes de trabalho, de certa forma, traduziam concepções também divergentes de desenvolvimento.

Para os caboclos a preocupação com a reprodução da vida e uma relação interativa com a natureza ocupava o lugar central. O trabalho representava uma dimensão da reprodução da vida, a qual comandava também o uso do tempo. Não havia uma preocupação com a acumulação para garantir o futuro ou para promover o desenvolvimento, pois este estava ligado a uma idéia de destino. E o destino só a Deus pertencia. O máximo que se procurava era garantir a terra para seus descendentes, pois se imaginava nela a possibilidade da manutenção da vida, numa íntima relação com a natureza.

Para os descendentes de imigrantes europeus não-ibéricos, a compreensão era bem diferente. O trabalho consistia na possibilidade de garantir o futuro e promover o desenvolvimento, entendido a partir da idéia de progresso (Rotta, 1999, p. 144-146). A concepção positivista de progresso, marcadamente evolucionista, ganhou força no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, a partir da Proclamação da República. Atingiu dimensões nacionais com a Revolução de Trinta e o Estado Novo. Nesse projeto, o processo de colonização tinha um papel fundamental na complementação das outras atividades agropecuárias e industriais que se desenvolviam no Rio Grande do Sul e também pela introdução de um novo perfil de mão-de-obra para substituir o escravo e o caboclo.

Essa nova concepção de trabalho e de desenvolvimento estava presente no universo de significação dos imigrantes europeus não-ibéricos e seus descendentes que ocuparam o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX.

Trabalho é meio e de certa forma fim da reprodução da vida familiar e social. O trabalho subordina e dá sentido ao tempo. Mais tempo trabalhando e maior quantidade de trabalho (força familiar) resulta em mais produção, melhorando as condições de reprodução familiar e social (= qualidade de vida). O uso de técnicas tradicionais e de energia interna (sistema sustentável) impede um salto de competitividade e acumulação, mas não impede que seja produtor para o mercado. Nesta perspectiva, o trabalho 'dignifica' o ser humano por si só. Logo, quanto mais (tempo) trabalhar mais digno e honrado. Somente o trabalho, a religião e o descanso (como recomposição de energias para o trabalho) têm legitimação social (Gehlen, 1996, p. 4).

⁷ Essa denominação abrange um conjunto heterogêneo, formado por descendentes de nativos de vários grupos étnicos miscigenados com portugueses, espanhóis e negros. Ver Martini, 1993.

⁸ Referindo-se aos imigrantes e seus descendentes não provenientes da Península Ibérica.

A agricultura familiar,⁹ desenvolvida na região no seu processo inicial de colonização, foi o cenário mais explícito desse conflito. A convivência desses dois modelos era problemática, gerando interpretações¹⁰ que tentavam justificar as diferentes posições, alegando questões étnicas,¹¹ mas não chegavam ao ponto central que residia na concepção diferente de trabalho que, de certa forma, embasava uma idéia diferenciada de desenvolvimento.

Desenvolveu-se uma “ética do trabalho” que, por muito tempo, funcionou como justificativa ideológica para explicar a inclusão ou a exclusão social, o sucesso ou insucesso econômico, a riqueza ou a pobreza, a moralidade ou a imoralidade, a valorização ou a marginalização do ser humano.

Essa chamada ‘ética do trabalho’, que impregnou todas as sociedades modernas, tem três grandes alicerces: a) quanto mais um indivíduo trabalha, mais ajuda a melhorar a vida da coletividade; b) quem trabalha pouco, ou não trabalha, prejudica a comunidade e não merece respeito; c) quem trabalha direito acaba tendo sucesso e quem não o alcança é por sua própria culpa (Veiga, 1993, p. 151-152).

Por detrás dessa “ética do trabalho”, produziu-se um processo de exclusão de um contingente muito grande de caboclos que perderam suas terras na definição das colônias particulares ou estatais e acabaram transformando-se em mão-de-obra barata para os serviços de infra-estrutura pública. As periferias das cidades da região estão repletas de descendentes destes caboclos excluídos no processo de colonização. É mais uma manifestação da questão social e, ao mesmo tempo, um desafio para a compreensão do fenômeno e a proposição de iniciativas capazes de superar o que já se transformou num estigma (Goffman, 1975). É preciso desmistificar a explicação ainda corrente na sociedade local que esse processo de exclusão está ligado a questões individuais e não sociais, a questões conjunturais e não estruturais. A “pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente

⁹ “A noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é uma família, ou seja, entre outras coisas, um grupo de trabalho no qual os membros estão unidos por laços de parentesco, um grupo que se constitui e se renova sobre a base das relações familiares. No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno, permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objetivo essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar” (Lamarche, 1993, p. 104).

¹⁰ Zarth (1997, p. 127-135) traz maiores informações sobre literatura produzida a respeito do preconceito contra os colonos nacionais e a exaltação do pioneirismo dos descendentes de europeus.

¹¹ Esta explicação era uma visão corrente na própria literatura nacional. “A reflexão sobre a sociedade e o povo desviava-se para a raça, cultura, meio geográfico, civilização, na ótica do evolucionismo, darwinismo social, positivismo, caminhando quase nada. Era escassa a atenção dada às relações, processos e estruturas sociais, constitutivos da sociedade. A sociedade civil parecia estar no limbo, pendente do Estado-demiurgo que deveria colocá-la na estrada da história, no século vinte” (Ianni, 1989, p. 86).

aos indivíduos singulares a responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza”, é uma armadilha que isenta a sociedade de classes de sua responsabilidade na produção das desigualdades sociais (Iamamoto, 2002, p. 27).

3 A crise da visão de progresso e a emergência da idéia de desenvolvimento

A visão de progresso, fundada no trabalho, nas capacidades humanas e na aliança entre ciência, técnica e indústria, vai sofrer fortes abalos com os acontecimentos do final do séc. XIX e início do séc. XX. Entre esses acontecimentos destacam-se o neocolonialismo e o imperialismo, a I Guerra Mundial, a crise de 1929, os nacionalismos extremados e a II Guerra Mundial. Acontecimentos que questionaram a racionalidade humana e a promessa de um futuro próspero para as sociedades que incorporaram essa perspectiva. De certa forma, a filosofia existencialista¹² vai ser a grande intérprete dessa crise.

Na tentativa de superar a crise, as elites dominantes do cenário internacional apresentaram como saída a substituição da desgastada idéia de progresso por uma nova idéia, a idéia de desenvolvimento.¹³ Desenvolvimento em suas duas versões históricas. Na versão do “futuro radioso prometido pelo comunismo”, ou na versão do “futuro apaziguado e próspero prometido pela sociedade industrial capitalista”. Estes dois “modelos de desenvolvimento” apresentavam-se como alternativas a serem seguidas pelos países “subdesenvolvidos” ou “em vias de desenvolvimento”, enquadrados como “Terceiro Mundo”. A idéia de desenvolvimento estava fundada em dois aspectos básicos:

De um lado, é um mito global em que as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura (Morin, 1995, p. 83).

O “mito do desenvolvimento” (Furtado, 1983) produziu uma crença cega de que era necessário sacrificar tudo por ele e que todos os esforços deviam ser canalizados para atingir o

¹² Entre os filósofos existencialistas de maior expressão, destacam-se Kierkegaard, Marcel, Sartre, Jaspers, Heidegger e Nietzsche.

¹³ Usada pela primeira vez em 1949, quando o presidente Norte-americano, Truman, anunciou um plano de ajuda e incentivo ao desenvolvimento para os países da América Latina, em contrapartida ao Plano Marshall, pensado para a Europa (Siedenberg, 2003).

modelo das “modernas sociedades industriais”. “Aos países mais pobres, para se tornarem também ‘ricos’ e ‘avançados’, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais” (Almeida, 1997, p. 36). Esta idéia serviu para justificar ditaduras, sacrifício de culturas e povos que pensavam diferente, bárbaros massacres e invasões, intervenções econômicas, exclusão social de grande parcela da população, etc. Tudo passou a ser justificado como necessário para se ajustar ao modelo e assim garantir um “futuro melhor para todos”. Os sacrifícios de hoje seriam compensados pelo bem-estar de amanhã.

Para alcançar o modelo, o imperativo que se apresentava às sociedades subdesenvolvidas era a “modernização”, entendida tanto em nível de sociedade quanto dos comportamentos individuais.

Empregado para descrever uma sociedade, ‘moderno’ geralmente significa um Estado nacional caracterizado por um complexo de traços incluindo urbanização, altos índices de educação, industrialização, mecanização extensiva, altas taxas de mobilidade social, etc. Quando aplicado a indivíduos, refere-se a um conjunto de atitudes, valores e modos de sentir e agir, presumivelmente do tipo gerado ou requerido para uma efetiva participação na sociedade moderna (Oliven, 1988, p. 31).

O princípio da modernização não afrontava diretamente a antiga “ética do trabalho”, mas complementava-a, ou dava-lhe uma nova roupagem, tornando o processo mais intenso e excludente. A idéia de trabalho assumiu uma feição diferente. Não era mais suficiente o trabalho de sol a sol, mas era preciso preocupar-se com a produtividade, a intensidade e a competitividade. O uso de métodos científicos de gerenciamento do trabalho, de planejamento e de controle do tempo foi posto como nova necessidade. As doutrinas taylorista e fordista passaram a ser referências fundamentais. Os locais onde elas foram instaladas passaram a servir como “modelo” a ser seguido. No caso da região Noroeste do Rio Grande do Sul, foram as modernas agroindústrias¹⁴ que passaram a funcionar como modelo para as demais atividades. A concepção industrial moderna de trabalho afirmou-se como referência para a reorganização das diferentes formações sociais.

A generalização de atitudes e comportamentos identificados com uma concepção burguesa moderna industrial de trabalho, levando à planificação e racionalização das esferas sociais e das ações individuais, serviu como indicativo do caráter hegemônico que assumiu a proposta dos grupos sociais que ascenderam ao poder nas diferentes formações sociais. A proposta desses grupos encontrou adeptos e sustentação também nos outros grupos sociais. A

¹⁴ Frigorífico Prenda S.A., Ervateira Vier, Máquinas Agrícolas Ideal S. A., Schneider e Logemann e Cia (SLC), Frigorífico Serrana, etc.

dicotomia “tradicional *versus* moderno” passou a servir de referência para a análise dos comportamentos individuais e das ações coletivas. O moderno foi identificado com o novo projeto e, portanto, merecedor de elogios e com possibilidades de ascensão social. O tradicional foi identificado com o antigo projeto, causador da crise e da estagnação, portanto, merecedor de reprovação e fadado à exclusão social.

Os grupos sociais foram perpassados por essa dicotomia e o seu sucesso ou insucesso passou a ser explicado pela adoção ou não de um comportamento moderno. Exemplo disso são as explicações dadas correntemente para as sucessivas falências: “não foi capaz de se adaptar aos novos tempos”, ou ainda, “os mais competentes permanecem, o restante é obrigado a buscar outras atividades”. A modernização trouxe uma nova face para a exclusão. O excluído passou a ser visto como “incompetente”, “incapaz”, até mesmo incorporando um sentimento de culpa pessoal pela exclusão. Aí não são apenas os “pobres” da periferia, mas também diferentes setores das mais variadas profissões.

Aos índios e aos caboclos, excluídos a partir do momento em que se afirmou o modelo da colonização com base nos descendentes de europeus não-ibéricos, somaram-se os excluídos desse novo processo: agricultores familiares sem capital suficiente para investir em modernização que foram excluídos da agricultura, migrando para a cidade em busca de emprego ou permanecendo à margem e produzindo para pequenos espaços do mercado local; assalariados urbanos que não ganhavam o suficiente para suprir as necessidades básicas; desempregados que, de uma ou de outra forma, tentavam garantir sua sobrevivência exercendo atividades no mercado informal de trabalho; pequenos e médios comerciantes que não resistiram à concorrência; pequenos e médios industriais sem capital suficiente para investir no processo de modernização. São novas faces de manifestação da questão social na região em estudo e que exigem um trato por parte dos profissionais do Serviço Social.

O processo de modernização também trouxe consigo uma degradação da própria idéia do trabalho. No processo de produção de mercadorias, o trabalho perdeu seu caráter criador e transformou-se em apenas mais um componente do custo de produção. Foi submetido a um processo de racionalização e planificação para minimizar custos e maximizar resultados. A economia de tempo na realização de determinada atividade, o uso adequado dos instrumentos de trabalho, o não-desperdício de matéria-prima, a eliminação de atitudes, gestos e movimentos desnecessários e que poderiam prejudicar a produtividade, o controle gerencial e a divisão clara entre o pensar e o executar tornaram-se práticas “necessárias” para o aumento da lucratividade no processo de produção de mercadorias. Essas práticas encontraram possibilidades de realização no processo industrial de produção de mercadorias. A

generalização do uso das máquinas facilitou a padronização dos processos e dos produtos e o controle do ritmo de produção.

À medida que os trabalhadores reagiram ao processo de exploração que se intensificava, por via dos sindicatos e das manifestações populares, algumas de suas reivindicações foram concedidas e também se ampliou a presença do Estado como mediador das relações entre capital e trabalho. A institucionalização da legislação trabalhista e previdenciária e dos direitos sociais levou ao estabelecimento de um “compromisso global e organizado” entre o patronato e os sindicatos (Lipietz, 1991, p. 27-39). A versão brasileira desse processo deu ênfase para as técnicas de racionalização da produção, controle da produtividade e do tempo, relativizando os direitos sociais e trabalhistas.

Sem tradição no trato do trabalho livre, a elite brasileira assimila com dificuldade os poucos direitos a que fazia jus a ainda incipiente classe operária que despontava. [...] Em geral o empresariado brasileiro, no período de industrialização, é nitidamente conservador e muitas vezes reacionário; sua atitude visa a impedir ou retardar a regulamentação dos direitos sociais já conquistados, ao ignorá-los na prática (Carmo, 1992, p. 69).

De acordo com Conceição (1990), quem melhor caracteriza o que ocorreu no Brasil é Alain Lipietz, ao denominar esse fenômeno de “fordismo periférico”.

É fordismo porque baseado na conjunção da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados. [...] É periférico porque nos circuitos mundiais dos ramos produtivos as atribuições de trabalho e as produções [...] qualificadas continuam exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com um acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens de consumo familiares, e das exportações para o centro destes mesmos produtos manufaturados a baixos preços (Conceição, 1990, p. 199).

Nesse projeto de desenvolvimento dependente, a ação do Estado centrava-se muito mais na adoção de “mecanismos de controle” das reivindicações populares do que como promotor dos direitos do cidadão. Estava a serviço do desenvolvimento econômico e a ele atrelado, sendo sua ação mais ou menos intensa, de acordo com as necessidades da conjuntura econômica.

4 **A crise da idéia de desenvolvimento e a emergência da idéia de sustentabilidade: novos desafios para o entendimento do trabalho e das formas de superar a exclusão**

A concepção de desenvolvimento com base na idéia de modernização enfrentou um processo de esgotamento a partir da década de 1970. A não concretização do propalado sonho, nem dos capitalistas e nem dos socialistas, conjugados a uma série de problemas no cenário nacional e internacional (Coutinho, 1992; Cano, 1995) produziram um novo processo de crise que passou a exigir novas soluções. Tornaram-se claras as dificuldades de manutenção da “ordem mundial” gestada no pós-guerra. Lipietz (1991) afirma que se trata de uma crise do modelo de desenvolvimento em função dos seus problemas internos e da emergência de um novo cenário internacional. A crise interna do modelo atingiu seus três pilares de sustentação: o “modelo de organização do trabalho”, o “regime de acumulação” e o “modo de regulação”. Os antigos compromissos originários da concepção keynesiana conseguiram resistir à primeira crise do petróleo, de 1973-1974, mas foram sendo questionados pelo esgotamento da capacidade de emissão de moeda por parte do Estado, que gerava inflação, mas garantia certo poder de compra aos trabalhadores e certas margens de lucro aos empresários, porém debilitava cada vez mais os pressupostos básicos da economia. O golpe final ocorreu com a segunda crise do petróleo, entre 1978-1979.

O cenário internacional passou por profundas transformações com o surgimento de novos centros de poder econômico e tecnológico, com a crise do socialismo real, a queda gradativa das barreiras para o comércio internacional, a emergência das políticas neoliberais, o aumento da influência do capital financeiro na economia mundial, a nova onda tecnológica de base microeletrônica, a robótica, a descoberta de novos materiais, a revolução tecnológica nas comunicações, na produção e na circulação de informações, o acirramento da concorrência entre grandes empresas transnacionais, as novas estratégias gerenciais e de organização do trabalho, a globalização da economia e a mundialização da cultura. Alguns autores (Coutinho, 1992; Mattoso, 1995; Cano, 1995) denominam essas transformações como a emergência de uma “Terceira Revolução Industrial”. Outros (Antunes, 1999; Telles, 1996) preferem chamar de “reestruturação produtiva”. O comum entre essas diversas abordagens é a idéia de que está emergindo um novo modelo de organização do trabalho e das relações decorrentes do mesmo, com base na idéia de flexibilidade.

Flexibilidade entendida na dimensão dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo (Harvey, 1992). Expressa na idéia de processos de trabalho mais dinâmicos, intercomplementares, intercambiáveis e capazes de se adaptar às transformações tecnológicas e às exigências dos mercados; na idéia de trabalhadores mais qualificados, polivalentes e capazes de incorporar as transformações; na idéia de mercados segmentados e produtos ao gosto do consumidor; na idéia de maior articulação entre os

setores produtivos, controle descentralizado e uma nova divisão internacional do trabalho (Ianni, 1996).

A concepção baseada nos princípios fordistas, tayloristas e keynesianos que sustentou o “grande compromisso” do “Estado do Bem-Estar” perdeu espaço para as idéias de flexibilidade, processos contínuos, integrados e flexíveis de produção, gerenciamento e controle, criatividade, participação, cooperação, compromisso mútuo, qualificação profissional, controle total de qualidade, trabalho em equipe, controle coletivo de falhas, dinamicidade, abertura a inovações, *just-in-time*, *Kanban*, etc. (Harvey, 1992, p. 115-184; Castells, 1999 e 2000). As mudanças gestadas inicialmente nas empresas japonesas se espalharam rapidamente pelo mundo inteiro, trazendo desafios teóricos e práticos para repensar as relações de trabalho, de produção, e o próprio conjunto das relações sociais.

Mesmo que haja questionamentos (Gorender, 1999), se esse novo modelo é ou não uma alternativa ao fordismo e taylorismo ou não passa de um neofordismo;¹⁵ ou ainda admitindo-se que existe muito de fordismo e taylorismo nas empresas e nas relações de trabalho no Brasil (Carvalho e Schmitz, 1990, p. 148-156), não se pode negar a influência que este conjunto de novas práticas, englobadas na idéia de “flexibilidade”, tende a produzir em todo o mundo.

Em nome da implantação desse novo modelo como alternativa para sair da crise, a burguesia utiliza as inovações tecnológicas e o ideário neoliberal para solapar os direitos conquistados pela classe operária e ruir as bases do Estado do Bem-Estar Social. Os direitos sociais são apresentados como obstáculos ao desenvolvimento econômico e causadores do desemprego estrutural. A ideologia pregada é a de diminuir os custos de produção, flexibilizando os direitos conquistados (Gorender, 1999).

Esse processo de reestruturação produtiva produz novas formas de exclusão social que se incorporam às antigas (Reis, 2002). Expandem-se as formas de trabalho parcial, terceirizadas e precarizadas. Intensifica-se a extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. O desemprego estrutural emerge como uma ameaça constante aos trabalhadores. Isso gera fortes impactos na classe trabalhadora, tais como a fragmentação, a desestruturação, a desorganização e a perda de referências (Antunes, 1995 e 1999).

Na esteira desse processo de redefinição do cenário internacional, acentuaram-se também as críticas ao processo de degradação ambiental gerado pelo modelo fordista, que trabalhava com a idéia de natureza como fonte inesgotável de recursos a serem usufruídos

¹⁵ Humphrey (1989, p. 315-359) situa muito bem esse debate e como ele se configura em nível mundial e também no Brasil.

pelos seres humanos em sua ânsia de produção econômica e satisfação de suas necessidades. Num primeiro momento, a crítica era apenas dos ecologistas e conservacionistas e não chegava a abalar as bases do fordismo. Dessa primeira crítica, emergiram vários estudos (Viedermann, 1995; Almeida, 1997; Guzmán, 1997) que foram ampliando a discussão para além dos problemas ambientais até chegar à questão das desigualdades sociais, relações desiguais entre os povos e a um novo relacionamento entre os seres humanos e com a natureza.

O Relatório Brundtland (*Our Common Future*), publicado em 1987, como texto preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e conhecido no Brasil sob o título “Nosso Futuro Comum”, mundializou uma discussão que era apenas localizada. A idéia de desenvolvimento sustentável presente neste relatório chama a atenção para uma melhor distribuição das riquezas produzidas, a adoção de estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta e a preocupação com a garantia de vida para as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável exige um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico, o perfil das instituições devem estar de acordo com as necessidades atuais e das gerações futuras (Almeida, 1997, p. 42).

No momento em que a Organização das Nações Unidas (ONU) assume esse conceito, se está dando um passo fundamental para a propagação de uma nova idéia de desenvolvimento. Porém, não se pode esquecer que, sob esse conceito, abrigam-se correntes muito divergentes, desde os críticos das noções de evolucionismo e modernidade até os defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e da crença no avanço tecnológico. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável está ainda polarizada entre duas concepções principais: de um lado, aqueles que centralizam o “conceito/idéia” na esfera da economia como referência para pensar o social; de outro, aqueles que procuram quebrar a hegemonia do discurso econômico indo além do discurso instrumental e restrito que a economia impõe ao “conceito/idéia”. Esta segunda concepção procura introduzir elementos sociais, ambientais e até mesmo políticos e culturais (Almeida, 1997).

Os que procuram quebrar a hegemonia do discurso econômico questionam se pode haver sustentabilidade na ausência de condições de vida digna para todos os povos e participação popular na condução de seus assuntos. Defendem a ampliação do conceito de sustentabilidade proposto pelo relatório Brundtland, de tal forma que incorpore a preocupação com a participação popular, com a segurança econômica e com o uso prudente dos recursos

naturais e humanos. Pensam que “a economia global e a distribuição de poder entre os povos do mundo” não podem estar desarticuladas (Viedermann, 1995). Que é necessário rejeitar o “conceito subdesenvolvido de desenvolvimento” que fazia do crescimento tecno-industrial a panacéia de todo o desenvolvimento antro-po-social e destruía rapidamente as solidariedades locais e os traços originais das diferentes culturas. É preciso rejeitar a idéia de um progresso irresistível que cresce ao infinito e que, ao elevar o nível de vida das pessoas pode estar degradando a sua qualidade, na medida em que degrada as relações pessoais e alimenta um mal-estar subjetivo advindo da incerteza diante das possibilidades de futuro da civilização (Morin, 1995).

O conceito de desenvolvimento sustentável pode ser um instrumento importante para denunciar e tentar resolver os conflitos entre crescimento econômico, desigualdade social e conservação ambiental. Porém, ele vem sendo utilizado de forma massiva por segmentos diversificados e a partir de concepções contraditórias, que podem criar um novo chavão, ou até mesmo um novo mito. Não se pode ignorar a correlação de forças no plano internacional em favor dos países industrializados, as relações desiguais no comércio internacional, o poder das multinacionais, as contradições internas nos países em desenvolvimento e as forças do mercado. Tendo presente essas questões, a idéia de “sociedades sustentáveis” pode ser mais adequada para pensar o desenvolvimento das diferentes formações sociais, pois ela possibilita a cada sociedade definir seus padrões de produção e consumo, bem como seu nível de vida, a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Abandonar-se o modelo insustentável das sociedades industrializadas em favor da possibilidade de existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, baseadas no princípio da sustentabilidade ecológica, econômica, social, política e cultural (Vieira, 1997, p. 131).

A sustentabilidade ecológica tomada no sentido da criação de uma consciência ambiental capaz de entender a natureza e os recursos que estão dispostos socialmente como bens sociais fundamentais para uma vida digna para todos, ampliando as possibilidades de vida para as gerações futuras a partir de um novo entendimento da natureza e do ser humano. A sustentabilidade econômica vista no sentido do crescimento econômico com redistribuição de renda, a fim de garantir a todos o acesso às benesses geradas pelo processo social de produção. A sustentabilidade social entendida como a possibilidade de construir novas relações sociais para além dos preconceitos, das discriminações e exclusões, preparando a emergência de uma nova sociedade e de um novo ser humano mais solidário, fraterno e justo. A sustentabilidade política, entendida, ainda, como participação efetiva, capaz de viabilizar a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática onde o poder esteja a serviço da

população e sob o controle da mesma e as formas diretas e indiretas de exercício da democracia sejam transparentes e de acesso público. A sustentabilidade cultural entendida como respeito às diversidades étnico-culturais e garantia de acesso à cultura, passando pela garantia de acesso à educação de qualidade, acesso à informação e possibilidades de produção de conhecimentos.

5 Considerações finais

O momento atual é repleto de desafios e possibilidades. O processo de reestruturação produtiva, calcado no ideário neoliberal e sob a hegemonia do capital financeiro, tende a reinventar as antigas formas de justificação das desigualdades sociais, dando-lhes novas roupagens (Oliveira, 2000; Castel, 2000; Wanderley, 2000; Telles, 1996). Porém, fica cada vez mais difícil justificar o injustificável. As formas de reação e questionamento ao modelo hegemônico tornam-se cada vez mais fortes, diversificadas e mundializadas, restabelecendo as possibilidades de se construírem alternativas.

A construção de “sociedades sustentáveis”, nos espaços locais e regionais, articuladas em sistemas de rede,¹⁶ pode redefinir o futuro da humanidade e possibilitar um maior controle dos cidadãos a respeito dos rumos do desenvolvimento. Essa proposta necessita de um pressuposto básico: recuperar a centralidade da política (Masi, 1999). Mas não a forma viciada e tradicional da política, e sim a política enquanto gestão coletiva da polis, na dimensão da democratização do Estado e da esfera pública não-estatal, fundamentais para a edificação de um “novo contrato social” (Santos, 1999, p. 66-74); na perspectiva de uma “democracia dialógica” (Giddens, 2002); de uma nova forma de governança transnacional, com participação efetiva dos diversos atores públicos e da sociedade civil organizada, capaz de impulsionar a democracia e a justiça global (Beck, 2003).

O desenvolvimento, pensado a partir da idéia de sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, pode ajudar a recuperar a dimensão do trabalho enquanto criador de valores de uso (*work*), deixada de lado com a hegemonia da forma assumida no processo capitalista, enquanto produtor de valores de troca (*Labour*). O trabalho passa a ser visto não mais como fonte de exploração, alienação e geração de desigualdades, mas como fonte e base para a emancipação humana, para uma consciência omnilateral. A partir dele é que são possíveis as

¹⁶ Na visão dada por Castells, 1999, 2000 e 2001.

outras manifestações, tais como a linguagem, a divisão do trabalho e a própria liberdade como ato de consciência (Antunes, 1995).

Essa nova compreensão do trabalho possibilita recuperar o sentido emancipador da atividade humana e não apenas como produção de bens. Permite reconhecer o polimorfismo do trabalho e colocá-lo como critério de inclusão e não de exclusão (Santos, 1999 e 2000). Possibilita redefinir/redimensionar a ética do trabalho e, com ela, os próprios fundamentos da organização e das relações sociais, fortalecendo a idéia do trabalho cidadão. Possibilita o incentivo a diferentes iniciativas para que os indivíduos excluídos do mercado formal possam ter o direito de refazer sua vida em outros moldes (Beck, 2003).

Na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, essa discussão do desenvolvimento na direção da sustentabilidade parece ter atingido a maioria da população. Em nenhum momento da história dessa região, discutiu-se tanto o tema do desenvolvimento e com o envolvimento de tantos atores (Dallabrida, 2001). O envolvimento de tantos atores pode ser um prenúncio de que a temática do desenvolvimento regional, nessa dimensão de desenvolvimento humano e sustentável, foi incorporada no imaginário da população local e isso repercute em suas organizações e reivindicações. Esse envolvimento pode ser exemplificado nas mobilizações¹⁷ pelas causas econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e de defesa dos direitos humanos.

Estas mobilizações e organizações corroboram o entendimento da necessidade de “cercar o Estado da cidadania organizada”, capaz de pôr o poder político a serviço da sociedade (Demo, 1994). Através dos partidos, sindicatos, organizações profissionais, culturais e todas as entidades constituídas, as pessoas devem participar e decidir sobre a formulação e execução de políticas públicas. É preciso cercar o Estado de uma trama bem amarrada de associações, cooperativas, sindicatos, partidos, comunidades, clubes, etc., que tornem a democracia algo diário, normal, natural, pois a noção de direito humano como incondicional pode não se efetivar se ficar restrita às garantias legais, “porque o acesso concreto depende muito mais da cidadania popular do que de garantias legais” (Demo, 2003, p. 107). A garantia dos direitos, na fase atual da “era dos mercados”, só pode se estruturar em torno da esfera pública: “o público representa exatamente o espaço da universalização dos direitos e, portanto, o espaço socialmente democrático” (Sader, 2004).

¹⁷ Para citar algumas: organização para a reabertura dos frigoríficos de Santa Rosa e Santo Ângelo; participação nas Assembléias do Orçamento Participativo e do Processo de Participação Popular; organização de inúmeras ONGs; realização de conferências locais e regionais de Direitos Humanos; realizações de Fóruns e Conferências sobre meio ambiente; fortalecimento da organização dos Conselhos Municipais em diversas áreas; realização de projetos sociais e comunitários, etc.

A região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul possui a capacidade de construir seu processo de desenvolvimento sustentável, centrado na idéia das “sociedades sustentáveis” articuladas em rede, pois apresenta um perfil histórico de organização e mobilização comunitária para a busca de solução para seus problemas. Essa capacidade alia-se a um capital humano, social e cultural capaz de construir processos sociais na direção da cidadania emancipada. O engajamento dos profissionais do Serviço Social nesse processo é fundamental para contribuir no esclarecimento das formas de exclusão e no pensar as possibilidades e alternativas para a inclusão.

Referências

- ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- . *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*. Tradução de Luiz A. Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- CANO, Wilson. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, Maria F. (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna, 1992.
- CARVALHO, Ruy de Q.; SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, p. 148-156, 1990.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEI, Mariângela B.; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: EDUC, 2000, p. 17-50.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1: A sociedade em rede.
- . *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 3: Fim de milênio.
- . *A era da informação: economia, sociedade e cultura – O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. *História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

CONCEIÇÃO, Octávio A. Camargo. Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, L. A. E.; CONCEIÇÃO, O. A. C.; BELLO, T. da S. *Desvendando a espuma, reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro*. 2.ed., Porto Alegre: FEE, 1990.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 01. p. 69-87, 1992.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão do desenvolvimento. In: ROTTA, Edeomar; BROSE, Markus; DALLABRIDA, Valdir R. *Seminário sobre Desenvolvimento Regional na Fronteira Noroeste: textos para subsidiar os debates pré-seminário*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 5-16. (Coleção Trabalhos Acadêmico-Científicos. Série Eventos Acadêmicos).

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

———. Focalização de políticas sociais, debate perdido, mais perdido que a agenda perdida. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 24, n. 76, p. 93-117, nov. 2003.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In: DOWBOR; IANNI; RESENDE (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 9-16.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEHLEN,IVALDO. *Noções e ambigüidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais*. [Palestra apresentada no XVII Encontro Nacional do PIPSA, Campina Grande, 1996. Mimeo.]

GENRO, Tarso. *O futuro por armar – democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2002, p. 73-133.

GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Márcia B. de Mello. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GORENDER, Jacob. Globalização, mudanças tecnológicas e novos processos de trabalho e produção. In: OLIVEIRA, Flávia A. M. de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999, p. 129-140.

GUZMAN, Eduardo S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 19–32.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HARNECKER, Marta. *O capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global, 1978.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HUMPHREY, John. Novas formas de organização do trabalho na indústria: suas implicações para o uso e controle da mão-de-obra no Brasil. In: *Padrões tecnológicos e políticas de gestão: comparações internacionais (Anais)*. São Paulo: USP/Unicamp, 1989. p. 315-359.

- IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS/CRESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia*. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.
- LAMARCHE, Hugues (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v. 1.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- . *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo: Nobel, 1991.
- MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo, 1998.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Livro 1, v.1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968.
- MASI, Domênico. *A sociedade pós-industrial*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- MARTINI, Maria L. *Sobre o caboclo-camponês, “um gaúcho a pé”*. Porto Alegre: PPGS/UFGRS, 1993. [Dissertação de mestrado].
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: a transvaloração dos valores*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NASCIMENTO, Elimar P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: DOUBOR; IANNI; RESENDE (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 74-94.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, n. 03, p. 41-49, jan./jul. 2001.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e justiça num mundo globalizado. *Veritas*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 547-572, dez. 2000.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, direitos humanos e democracia no Brasil: o reino da impunidade. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 207-221.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Orgs.). *Textos & Contextos: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 123-140.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. (Orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 261-289.

ROTTA, Edeimar. *A construção do desenvolvimento: análise de um “modelo” de interação entre regional e global*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SADER, Emir. Direitos e esfera pública. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 24, n. 77, p. 5-10, abr. 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 33-75.

———. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugar. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 157-173.

TAYLOR, Frederic. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1982.

TELLES, Vera da Silva. Questão social: afinal, do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 85-95, 1996.

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LEVINAS; CARLEIAL; NABUCO (Orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

VIEDERMANN, Stephen. A economia da sustentabilidade. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, FJN/IPS, v. 11, n. 1, p. 141-168. jan./jun. 1995.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

WANDERLEI, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEI, Mariângela B.; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: EDUC, 2000, p. 51-161.

ZARTH, Paulo A. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.